

PROJETOS DE NAÇÃO E IDENTIDADES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA COMPARADA

PROJECTS OF NATION AND BRAZILIAN IDENTITIES: A COMPARATIVE HISTORIOGRAPHICAL ANALYSIS

Giuliano José Petry Bório¹

¹ Mestrando em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

RESUMO

Este artigo examina de forma analítica os elementos determinantes na formação da identidade nacional brasileira, focalizando especialmente nas obras dos mais proeminentes intérpretes brasileiros: José Murilo de Carvalho, Raymundo Faoro, Darcy Ribeiro, Evaldo Cabral de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Raimundo Moraes — utilizando uma abordagem metodológica que revisita criticamente a produção acadêmica de cada autor, destacando conceitos-chave e momentos históricos que moldaram a identidade nacional, buscando o diálogo entre eles para revelar os principais elementos que formam o Brasil. A pesquisa contextualiza eventos cruciais, como a colonização, a independência e a abolição da escravidão, além de explorar a contribuição dos principais estados responsáveis pela formação nacional. A análise aprofundada da visão dos autores sobre a construção da cidadania e a formação do Estado brasileiro enriquece o entendimento da evolução identitária do país, observando território, cultura e povo.

PALAVRAS-CHAVE

Nação brasileira – Identidades nacionais – Cidadania – Historiografia brasileira.

SUMÁRIO

Introdução. 1 Projetos de nação. 1.1 As elites políticas, jurídicas e econômicas. 1.2 O povo mestiço. 2 Soberania, indústria e reconhecimento. 2.1 Uma guerra para chamar de sua. 2.2 A indústria e o tesouro esquecido. Conclusão. Referências.

REFERÊNCIA: BÓRIO, Giuliano José Petry. Projetos de nação e identidades brasileiras: uma análise historiográfica comparada. *Res Severa Verum Gaudium*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 96-122, dez. 2025.

INTRODUÇÃO

A análise da experiência brasileira exige ir além de generalizações centradas em um único eixo de poder. Este artigo compara interpretações historiográficas, produzidas em contextos regionais distintos, para investigar como diferentes projetos de nação contribuíram para construir, ou fragmentar, as identidades brasileiras.

Este artigo propõe uma análise crítica das contribuições de seis intelectuais brasileiros do século XX, cujas obras, articuladas a contextos regionais distintos, fornecem interpretações significativas sobre a identidade nacional.

A escolha de autores como José Murilo de Carvalho, Raymundo Faoro, Darcy Ribeiro, Evaldo Cabral de Mello, Raimundo Moraes e Fernando Henrique Cardoso, fundamenta-se em três critérios principais: (i) sua relevância historiográfica e intelectual; (ii) sua vinculação simbólica e cultural a estados-membros historicamente centrais na formação

ABSTRACT

This article analytically examines the determining elements in the formation of Brazilian national identity, focusing particularly on the works of the most prominent Brazilian interpreters: José Murilo de Carvalho, Raymundo Faoro, Darcy Ribeiro, Evaldo Cabral de Mello, Fernando Henrique Cardoso, and Raimundo Moraes — employing a methodological approach that critically revisits the academic production of each author, it highlights key concepts and historical moments that have shaped the national identity, seeking a dialogue among them to reveal the principal elements that constitute Brazil. The research contextualizes crucial events, such as colonization, independence, and abolition of slavery, while also exploring the contribution of the main states responsible for national formation. The in-depth analysis of the authors' perspectives on the construction of citizenship and the formation of the Brazilian state enriches the understanding of the country's identity evolution, considering territory, culture, and the people.

KEYWORDS

Brazilian nation – National identities – Citizenship – Brazilian historiography.

do Brasil; e (iii) a diversidade de temas por eles abordados, elites, povo, cultura, economia e território.

A pesquisa busca compreender não apenas as distintas perspectivas desses autores sobre o Brasil, mas também como cada um projeta uma determinada concepção de “tempo histórico brasileiro”, ou seja, uma narrativa sobre as continuidades e rupturas que marcam o percurso nacional.

Ao reunir essas distintas visões, construídas a partir de lugares e experiências diversas, este artigo propõe um panorama interpretativo das identidades brasileiras, entendidas não como estáticas, mas como um campo de disputas narrativas. Adota-se uma abordagem hermenêutica e comparativa, examinando obras de José Murilo de Carvalho, Raymundo Faoro, Darcy Ribeiro, Evaldo Cabral de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Raimundo Moraes, escolhidos por relevância, ancoragem regional e diversidade temática (elites, povo, cultura, economia e território).

Embora a comunidade política, tal como o Estado, tenha por finalidade a realização do bem comum, os vínculos que unem os indivíduos dentro de uma coletividade vão além das instituições jurídicas. Para compreender a complexidade do pertencimento humano, é preciso distinguir entre formas distintas de convivência. Jacques Maritain (1882-1973) propõe uma distinção essencial entre comunidade e sociedade:

Comunidade é um produto do instinto e da hereditariedade em certas circunstâncias e condições históricas; a sociedade é um produto da razão e da força moral (aquilo que os antigos chamavam ‘virtude’). Na comunidade, as relações sociais procedem de certas situações e de certos meios históricos: os padrões coletivos de sentimento – ou a psique inconsciente coletiva – predominam sobre a consciência pessoal, fazendo com que o homem apareça como um produto do grupo social. Na sociedade, a consciência pessoal conserva a sua prioridade, o grupo social é moldado pelos homens, procedendo as relações sociais de uma determinada iniciativa, de uma determinada ideia e da determinação voluntária de pessoas humanas.²

A experiência histórica da convivência humana engendra também formas de pertencimento anteriores ou paralelas à ordem política, das quais a nação é a mais complexa.

Para Maritain, a nação não é uma sociedade, mas uma comunidade profundamente enraizada na história, na cultura, na herança comum e na memória coletiva. Ainda que sua origem esteja ligada à noção de nascimento (do latim *nasci*, *natio*), a nação não é um fato biológico, mas uma realidade ético-social.

Segundo Maritain:

Como toda e qualquer outra comunidade, a Nação é “acéfala”: possui elites e centros de influência, mas não é uma cabeça ou autoridade dirigente: possui estruturas, mas

² MARITAIN, Jacques. **O homem e o Estado**, 1959, p. 12.

não uma forma racional ou uma organização jurídica; possui paixões e sonhos, mas não um bem comum; possui uma solidariedade entre os seus membros, fidelidade, honra, mas não uma amizade cívica; possui modos de ser e costumes, mas não normas formais ou uma ordem própria.³

Ela se constitui quando um grupo humano desenvolve consciência de sua identidade comum, fundada não apenas em descendência ou língua, mas também em tradições, lutas, sofrimentos, instituições, valores e imaginários compartilhados. A nação não ultrapassa o limiar da política, não apela diretamente à consciência ou à liberdade pessoal como o faz a sociedade política.

Ao contrário da nação, que pertence à ordem da comunidade, o corpo político pertence à ordem da sociedade. É uma realidade racional, ainda que enraizada em paixões, instintos e estruturas inconscientes. A justiça é a condição de existência do corpo político, mas sua forma vital é a amizade cívica.⁴ O Estado, embora necessário, não esgota a sociedade política; e esta, por sua vez, não se confunde com a nação. É nesse triplo nível, comunidade nacional, sociedade política e Estado, que se pode compreender, com maior rigor, os dilemas e as ambivalências das identidades brasileiras.

Do ponto de vista jurídico, é relevante ressaltar que o conceito de “nação” não possui definição técnica ou operativa no direito internacional positivo. Conforme a Convenção de Montevideu sobre os Direitos e Deveres dos Estados (1933), reconhecida pelo Brasil, o Estado é definido por quatro elementos: (i) população permanente; (ii) território determinado; (iii) governo; e (iv) capacidade de entrar em relações com os demais Estados.⁵ A noção de nação, portanto, não constitui critério jurídico para o reconhecimento estatal, sendo antes um conceito histórico, ideológico ou cultural, frequentemente confundido, inclusive, com o de povo ou Estado-nação, como se observa na própria Constituição de 1824.⁶ A Constituição de 1988, por sua vez, evitou o uso do termo “nação”, empregando consistentemente a categoria “povo” em sua formulação jurídica.⁷

³ MARITAIN, Jacques. **O homem e o Estado**, 1959, p. 15.

⁴ Para o Estagirita, a amizade mantém unidas as cidades, sendo objeto de maior atenção dos legisladores do que a própria justiça, pois estes priorizam a concordância (*homonoia*), entre os cidadãos e rejeitam a facção (*stasis*), como o maior mal político. ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, VIII, 1155a20-25.

⁵ BRASIL. **Decreto nº 1.570, de 13 de Abril de 1937**.

⁶ BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**.

⁷ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**.

1 PROJETOS DE NAÇÃO

De início, com base na obra de José Murilo de Carvalho (1939-2023), e a partir da perspectiva fluminense, observa-se como o autor interpreta a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, como o momento em que a elite, sediada na cidade do Rio de Janeiro, começou a articular os primeiros passos de um projeto de nação.

As influências externas e o desejo de identificação com outros povos eram mais intensos do que qualquer intenção efetiva de construção de um projeto nacional. Esse cenário contrastava com as experiências das províncias vizinhas de tradição hispânica ou das colônias britânicas, onde havia maior coesão interna. No caso brasileiro, mesmo nas regiões onde se imaginava haver unidade, tratava-se, na verdade, de uma solidariedade estritamente provincial, frequentemente mobilizada apenas para expressar repulsa à presença estrangeira.

Afirma José Murilo de Carvalho que:

Após a independência, podem-se encontrar ainda vários sintomas de ausência de um sentido de identidade nacional. Nas cortes de Lisboa, em 1821, o deputado por São Paulo, Diogo Feijó, futuro regente do Império, dizia que ele e seus colegas de delegação não eram representantes do Brasil, mas da província de São Paulo.⁸

Com a chegada da família real portuguesa, o Rio de Janeiro passou a ser enobrecido aos olhos das demais províncias. Os fluminenses, mais próximos do Imperador do que qualquer outro grupo regional, passaram a assimilar diretamente os valores da corte, sendo educados a aspirar por uma ideia de civilização moldada segundo os padrões europeus. Tratava-se de uma sociedade ainda distante da formação de um sentimento nacional brasileiro e, diante do projeto aristocrático trazido pela realeza, prevaleceu entre as elites o fascínio pelo refinamento europeu. José Murilo de Carvalho, sustenta que foi na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1822 e 1860, que se articulou um projeto de “ordem nacional” pelas elites imperiais. Nesse contexto, a capital do Império tornou-se o centro simbólico e institucional da tentativa de formular uma “razão nacional”, conforme idealizada por José Bonifácio de Andrada, que via na centralização política e na coesão administrativa os pilares de um Estado independente e civilizado.⁹

Ainda no Rio de Janeiro, concentraram-se os principais eventos histórico-políticos do Brasil no início do século XIX. Para além da chegada da família real portuguesa em 1808, a cidade sediou a proclamação da Independência, o Primeiro Reinado, a abdicação de Dom

⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**, 1998, p. 235.

⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**, 1998, p. 235.

Pedro I, o conturbado Período Regencial e, posteriormente, a maioria de Dom Pedro II, que marcou o início do Segundo Reinado.

É importante destacar que o Período Regencial, embora ainda vinculado formalmente à monarquia constitucional, caracterizou-se pela ausência de um soberano no trono e por um grau inédito de descentralização administrativa.¹⁰ Esse cenário contribuiu para a eclosão de diversas revoltas provinciais e revelou a fragilidade do projeto de unidade nacional.¹¹ Segundo interpreta a própria historiografia fluminense, foi o Regresso conservador, ou seja, a retomada do controle pelas elites imperiais centralizadoras, que permitiu restaurar a ordem e evitar a fragmentação das províncias, como se observou em outros países latino-americanos no mesmo período.

No entanto, tratava-se de um projeto restrito, conduzido por um grupo seleto de dirigentes políticos, intelectuais e econômicos. Havia um ideal de ordem política sendo formulada, mas ainda não se podia falar propriamente na constituição de uma nação, no sentido comunitário e orgânico, ou seja, a identidade nacional não havia penetrado o imaginário popular, permanecendo circunscrita aos círculos do poder. Como conclui José Murilo de Carvalho:

O restante da população se mantinha apolítica, continuava fora dos canais de participação política seja por ser escrava (em torno de 30%), seja por não gozar das garantias dos direitos civis indispensáveis para a construção do cidadão. Tratava-se de uma população quase exclusivamente rural e analfabeta, isolada na imensa extensão territorial do País.¹²

Em síntese, o projeto de unidade nacional articulado no Brasil ao longo do século XIX foi concebido a partir de uma racionalidade político-institucional orientada pelas elites imperiais, especialmente no contexto fluminense. Embora tenha assegurado a preservação territorial e a consolidação do Estado, esse projeto não logrou constituir, em sentido pleno, uma nação coesa. Dada essa assimetria entre formulação e pertencimento, impõe-se uma análise mais detida das elites responsáveis por este processo, suas estratégias de construção simbólica e sua visão sobre o próprio papel na conformação do Brasil moderno.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**, 1998, p. 236.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. **Construção da ordem e teatro das sombras**, 2008, p. 35.

¹² CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**, 1998, p. 237.

1.1 As elites políticas, jurídicas e econômicas

Logo à primeira vista, é possível reconhecer que o elemento unificador mais imediato entre os membros da elite imperial do século XIX foi o compartilhamento de um mesmo horizonte ideológico, especialmente por meio da formação educacional. Como observa José Murilo de Carvalho, tratava-se de uma “pequena ilha de letrados envolta por um oceano de analfabetos”, o que evidenciava o abismo cultural e simbólico que separava os círculos dirigentes da massa popular.¹³

Grande parte da formação dessa elite era de natureza jurídica, sendo a Universidade de Coimbra o principal destino dos estudantes brasileiros no período colonial e nos primeiros anos do Império. Foi nesse ambiente estrangeiro que se forjou um dos primeiros espaços de convivência entre membros das elites provinciais, promovendo uma socialização suprarregional que transcendia os vínculos locais de origem. Ali, jovens oriundos de distintas partes do Brasil partilharam experiências, assimilaram referências culturais comuns e passaram a articular visões semelhantes sobre o futuro do país. Essa convivência internacional, marcada por laços de coleguismo e por uma experiência formativa compartilhada, contribuiu decisivamente para atenuar tendências separatistas que emergiram em algumas províncias. Ainda que essa elite não fosse homogênea em termos de origem social, visões políticas ou aspirações econômicas, a educação comum fornecia um vocabulário político e um imaginário institucional que favoreciam a unidade.

Se, por um lado, a formação jurídica comum das elites favoreceu a articulação de um imaginário político de unidade nacional, por outro, a estrutura de poder construída por essas mesmas elites acabou por consolidar um modelo centralizado, excludente e fortemente hierarquizado. Neste sentido, ao adentrarmos a análise das elites políticas, consideramos a interpretação de Raymundo Faoro (1925-2003), especialmente em sua obra *Os Donos do Poder* (2012).

Para ele, o Estado brasileiro não emergiu como resultado de uma sociedade civil autônoma que impõe limites ao poder, mas como extensão do poder régio português, transplantado para o território americano. Esse Estado patrimonial tornou-se um instrumento a serviço de uma camada dirigente que se perpetua, de geração em geração, como “donos do poder”.

Neste diagnóstico, está implícita a crítica à concentração de poder nas mãos de uma elite que, historicamente, manteve-se afastada das demandas populares e pouco disposta a

¹³ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**, 1998, p. 272.

abrir mão de seus privilégios. Faoro interpreta a formação do Estado nacional brasileiro como um processo conduzido verticalmente, moldado por uma elite que se impôs sobre o restante da sociedade. Sua análise confirma, em grande medida, a tese do historiador britânico Eric Hobsbawm (1917-2012), sobre a construção das nações como fenômenos duais:

Fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos de suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas.¹⁴

No caso brasileiro, a configuração política e institucional consolidou um modelo de dominação patrimonial, em que a sociedade se viu subordinada a um aparato estatal centralizado e impermeável às pressões democráticas.

Como descreve o próprio Raymundo Faoro:

Estado patrimonial de estamento — que a forma de domínio, ao contrário da dinâmica da sociedade de classes, se projeta de cima para baixo. Todas as camadas, os artesãos e os jornaleiros, os lavradores e os senhores de terras, os comerciantes e os armadores, orientam suas atividades dentro das raia permitidas, respeitam os campos subtraídos ao controle superior, submetem-se a regras convencionalmente fixadas. Junto ao rei, livremente recrutada, uma comunidade — patronato, parceria, oligarquia, como quer que a denomine a censura pública — manda, governa, dirige, orienta, determinando, não apenas formalmente, o curso da economia e as expressões da sociedade, sociedade tolhida, impedida, amordaçada.¹⁵

Raymundo Faoro identifica duas vertentes de liberalismo que marcaram o século XIX no Brasil: de um lado, o liberalismo português oficial, consagrado na Constituição de 1824; de outro, um liberalismo revolucionário de caráter emancipatório, que se opunha à recolonização pretendida pela Revolução do Porto (1820). Este segundo, embora traduzisse a aspiração por autonomia política, não se consolidava como um projeto de nação nos moldes mais consistentes observados nas colônias britânicas. Tratava-se antes de uma reação conjuntural às ameaças externas, e não de uma formulação orgânica e articulada de identidade nacional.

Desse modo, Faoro manifesta profundo ceticismo quanto às possibilidades de transformação estrutural do Estado brasileiro. Segundo ele, desde a formação colonial, o país estaria submetido a um modelo de patrimonialismo ao estamento burocrático.¹⁶ Sua leitura da sociedade nacional é marcada por um diagnóstico de inércia e apatia coletiva, um povo silencioso, frequentemente alheio aos mecanismos efetivos de mudança.

¹⁴ HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**, 1990, p. 20.

¹⁵ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**, 2012, p. 59.

¹⁶ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**, 2012, p. 101.

Por fim, Faoro observa que tanto o povo quanto as elites brasileiras tendem a projetar suas esperanças na figura de um salvador, um rei, um líder carismático, um messias, que personifique a autoridade legítima. A busca por um “pai do povo” revela a persistência de uma cultura política marcada pela passividade e pela expectativa de redenção vinda do alto, e não por uma ação coletiva e autônoma. O súdito anseia pela proteção de seu senhor, de seu patrono. No modelo patrimonialista, o Estado assume a figura de um pai providente, responsável por garantir direitos, distribuir benefícios e suprir necessidades. Trata-se de uma relação marcada pela dependência e pela expectativa de tutela, que reforça o afastamento entre sociedade civil e autonomia política.

Esse modelo de Estado protetor encontra expressão simbólica em figuras como Dom Pedro II e Getúlio Vargas, ambos representados como “pais do povo”, capazes de encarnar a promessa de ordem, progresso e amparo. Em diferentes momentos da história brasileira, líderes carismáticos souberam mobilizar essa expectativa paternalista para legitimar seu poder e neutralizar a apatia política das massas. Não é raro que, ainda hoje, certos atores políticos resgatem esta fórmula, centrada no carisma e na tutela, como estratégia de manipulação e controle social.¹⁷

Esse desenho “pelo alto” evidencia limites de pertencimento coletivo; por isso, deslocamos o foco à base social, mestiça, racializada e plural, que materializa a nação em experiência vivida.

1.2 O povo mestiço

Na formação dos Estados, costumam-se citar território, cultura e povo, mas esses elementos não são sempre simultâneos nem homogêneos. Há povos que preservam identidade sem território próprio (como os romani e os judeus antes de 1948) e há nações que compartilham um mesmo território entre múltiplas etnias e línguas (como a Bósnia-Herzegovina). O elemento constante é o “povo”, que é uma comunidade que partilha memória, valores e sentimentos, mesmo sem homogeneidade racial, linguística ou territorial.

É neste sentido que o Brasil se insere. Um país formado pela confluência de múltiplas origens, marcada por intensa miscigenação, mas que, apesar disso, consolidou uma abstração coletiva de pertencimento nacional. Se as tentativas das elites políticas, jurídicas e econômicas de formular uma síntese da nação brasileira resultaram, em grande parte, em

¹⁷ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*, 2012, p. 102.

idealizações incongruentes e narrativas artificiais, é no povo, em sua diversidade concreta e em sua experiência vivida, que se encontra a substância real da nação.

Na genealogia fundadora do povo brasileiro, figuram com destaque os mamelucos, filhos de pais brancos, em grande medida portugueses, e mães indígenas.¹⁸ Foram estes homens os principais desbravadores do território, adentrando com destemor as matas densas e acidentadas do interior. No entanto, sua motivação não se fundava em ideais virtuosos, buscavam capturar novos indígenas para suprir a mão de obra escravizada, substituindo aqueles já exauridos pela exploração colonial.

Tal atividade revestia-se de brutalidade e desumanidade extremas, configurando autênticas “caçadas humanas” contra populações indígenas. Ainda que marcados por práticas de extrema violência, os mamelucos combinaram a destreza e o conhecimento dos povos indígenas sobre a natureza com a astúcia pragmática dos colonizadores lusitanos. Nesse amálgama, emergiram como os primeiros agentes do processo de interiorização e conquista, mais tarde idealizados como “heróis civilizadores”.¹⁹

Entre as virtudes atribuídas a esse povo em formação, destacavam-se a resiliência, a adaptabilidade e a capacidade de sobrevivência diante de contextos adversos. Como sintetizado por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), possuíam “a consistência do couro, não a do ferro e do bronze, cedendo, dobrando-se, amoldando-se às asperezas de um mundo rude”.²⁰

Os mamelucos enfrentavam um dilema identitário profundo, já que eram vistos com desconfiança tanto pelos colonizadores lusitanos quanto pelos indígenas. Por parte dos primeiros, carregavam o estigma da mestiçagem, considerados impuros. Por parte dos segundos, herdaram o desprezo à figura da mulher indígena, frequentemente desvalorizada no próprio grupo. Assim, os mamelucos não pertenciam plenamente a nenhum dos mundos que os originaram. Esta condição de exclusão pode ser interpretada como um indício precoce da orfandade simbólica da nação brasileira, uma identidade em construção que, diante da ausência de um núcleo fundacional homogêneo, passou a buscar referências externas como modelos de pertencimento. Enquanto os *brasilíndios* mamelucos avançavam pelos sertões e regiões inexploradas do território, outras populações eram trazidas pelo mar. Provenientes

¹⁸ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**, 1995, p. 106.

¹⁹ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**, 1995, p. 108. A expressão “heróis civilizadores”, deve ser utilizada com cautela, uma vez que reflete uma construção simbólica recorrente na historiografia oficial e no imaginário nacional, especialmente durante o período imperial e republicano, quando se buscava exaltar os bandeirantes e outros agentes coloniais como fundadores da pátria. No entanto, tal representação deve ser questionada, pois frequentemente mascara práticas de violência, escravidão e extermínio de populações indígenas e africanas, ocultando os conflitos éticos e sociais subjacentes à formação do Brasil.

²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O extremo oeste**, 1986, p. 29.

majoritariamente da costa ocidental da África, os africanos escravizados que chegaram ao Brasil pertenciam a uma ampla variedade de grupos étnicos.²¹ Em um primeiro momento, predominavam os povos sudaneses, como os iorubás (nagôs), jejes (originários do Daomé), fantis e ashantis. Posteriormente, vieram também grupos oriundos da região da Gâmbia, Serra Leoa, Costa da Malagueta (atual Libéria) e Costa do Marfim, compondo um mosaico étnico de extraordinária complexidade.²²

Em um segundo momento, chegaram ao Brasil grupos africanos oriundos de regiões islamizadas, como os fulas, mandingas e hauçás, provenientes sobretudo do norte da Nigéria e do oeste africano. Já o terceiro grande fluxo foi composto pelos povos de origem banto, trazidos das regiões do Congo, Angola e da chamada Contra Costa, correspondente ao atual território de Moçambique. Como observa Raymundo Faoro, a cultura africana foi a mais próxima e penetrante entre as influências populares no Brasil, mesmo que parte dela tenha sido contida e reprimida pelas elites letradas em nome de uma suposta unidade cultural nacional.

Embora sua participação cultural na gênese do povo brasileiro possa ter sido, em um primeiro momento, obscurecida, a presença africana foi absolutamente decisiva enquanto força de trabalho. Foram suas mãos, marcadas por esforço, sofrimento e resistência, que ergueram as bases materiais do país. A produção econômica colonial, especialmente nos ciclos do açúcar e depois do café, sustentou-se sobre o trabalho compulsório de uma massa africana, cuja experiência e conhecimentos técnicos, distintos dos saberes indígenas ou dos mestiços nascidos na terra, estavam mais adaptados às exigências da exploração produtiva.

Capturados de maneira indiscriminada, os africanos trazidos ao Brasil pertenciam a distintos grupos étnicos, falavam diferentes línguas e dialetos, e apresentavam variações consideráveis em seus costumes e tradições. Mesmo após a alforria, muitos destes indivíduos encontravam-se distanciados de suas origens africanas, com práticas culturais desarticuladas e sem possibilidade concreta de retorno a um estado anterior de pertencimento. Seu destino, em grande parte dos casos, era a morte por exaustão. Quando envelheciam ou perdiam a capacidade produtiva, muitos eram alforriados, não como gesto de liberdade ou compaixão, mas para que seus senhores se livrassem do encargo de sustentá-los. Nesta lógica perversa, tornavam-se descartáveis aos olhos do sistema escravocrata, que os rotulava, de forma desumanizadora, como indivíduos “inúteis”.

²¹ RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**, 1945, p. 31.

²² RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**, 1995, p. 114.

Desta confluência histórica e étnica, formou-se o povo brasileiro. A miscigenação deu origem a novas identidades, como os chamados *brasilíndios* e *afro-brasileiros*, configurando um processo contínuo de formação de um povo plural. Como observa Darcy Ribeiro, a formação do povo brasileiro carrega em si um paradoxo profundo: somos fruto da conjugação entre gestos de ternura e atos de extrema crueldade. Segundo ele, “somos a doçura mais terna e a crueldade mais atroz que aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos”.²³

2 SOBERANIA, INDUSTRIALIZAÇÃO E RECONHECIMENTO

2.1 Uma guerra para chamar de sua

Com frequência, o Brasil é descrito, de forma apressada, como a terra de um povo pacífico, festivo e acolhedor. Ainda que essa imagem encontre respaldo em certas manifestações culturais, ela não resiste a uma análise mais atenta da trajetória histórica do país. A construção do Estado brasileiro foi profundamente atravessada por conflitos e tensões internas. Como aponta José Murilo de Carvalho, praticamente todas as províncias vivenciaram levantes e rebeliões, a ponto de se declararem independentes em episódios como os ocorridos na Bahia, no Pará e no Rio Grande do Sul.²⁴

Tais conflitos evidenciam não apenas a fragilidade das estruturas políticas do período, mas também a inexistência de uma consciência nacional integrada. As divisões sociais, culturais e regionais reforçam o distanciamento entre os diversos segmentos que compunham o país. Mesmo com a ascensão de Dom Pedro II em 1840 e os esforços de centralização promovidos pelo Segundo Reinado, novas rebeliões eclodiram em províncias estratégicas como São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, revelando a persistência de dissensos do Estado imperial.

Como observa Raymundo Faoro, sob influência do modelo português, o Brasil constituiu-se inicialmente como um Estado sem povo, consolidado mais pela presença militar do que pela formação de uma base populacional estável.²⁵ Em contraste, as colônias inglesas foram ocupadas por famílias inteiras de peregrinos que, ao se estabelecerem em terras americanas, buscavam fundar comunidades permanentes, com o claro objetivo de construir uma nova nação, distinta da metrópole, e preservar sua identidade, evitando a miscigenação.

²³ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*, 1995, p. 120.

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados*, 1998, p. 236.

²⁵ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*, 2012, p. 57.

Se, por um lado, milhares de indígenas sucumbiram às enfermidades introduzidas pelos europeus, por outro, os próprios colonizadores enfrentaram males até então desconhecidos no Velho Continente, como o chamado “mal do bicho” (maculo) e outras enfermidades tropicais. Tais doenças, associadas ao ambiente ou transmitidas pelo contato com povos nativos, causaram elevada mortalidade entre recém-chegados, revelando que a troca biológica no processo de colonização não foi unidirecional.²⁶

Entretanto, foi justamente diante da presença estrangeira, como no caso da ocupação holandesa, que se delineou uma primeira forma de coesão entre diferentes segmentos da população colonial, como afirmava Capistrano de Abreu (1853-1927), sobre o início simbólico da nação brasileira na expulsão dos holandeses em 1654:

Reinóis e mazombos, negros boçais e negros ladinos, mamalucos, mulatos, caboclos, caribocas, todas as denominações, enfim, sentiram-se mais próximos uns de outros, apesar de todas as diferenças flagrantes e irredutíveis, do que do invasor holandês: daí uma guerra começada em 1624 e levada ao fim, sem desfalecimentos, durante trinta anos.²⁷

No plano territorial, a região nordeste ocupava posição central nos interesses da colonização portuguesa. Por concentrar as principais atividades econômicas do período, especialmente ligadas à produção açucareira, foi a área mais densamente subdividida administrativamente, resultando em estados menores e maior presença institucional.

Portanto, tratava-se da porção mais estratégica e vigiada do Brasil colonial, razão pela qual se tornou alvo prioritário de investidas estrangeiras. A invasão holandesa, por exemplo, teve início na então capital do Estado do Brasil, Salvador, evidenciando a centralidade da região no cenário geopolítico do século XVII.

Como afirma a historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (2015):

Ciente dos interesses da Holanda, a população de Salvador já esperava um ataque. Desde o fim da trégua era plausível avaliar que o recomeço do conflito hispano-neerlandês desaguaria na América portuguesa. Nova tentativa de ocupação teve início em 9 de maio de 1624, e dessa vez a capital foi ocupada em 24 horas.²⁸

Após serem repelidos da Bahia por meio de táticas de guerrilha, os invasores holandeses dirigiram-se à capitania de Pernambuco, outro pólo central da economia açucareira e fortemente estratégico no Brasil colonial. Já no século XIX, com a consolidação

²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**, 2000, p. 315-343. O autor registra tanto o impacto de enfermidades tropicais sobre europeus recém-chegados quanto a percepção histórica dessas doenças, mencionando casos como o “mal do bicho”, sífilis, varíola e a incidência de moléstias de origem incerta que, no Novo Mundo, apresentavam manifestações distintas daquelas observadas na Europa.

²⁷ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**, 2000, p. 80.

²⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**, 2015, p. 79.

da independência e a transferência do centro político, especialmente para o Rio de Janeiro e São Paulo, os pernambucanos, à frente de outros grupos nordestinos, passaram a manifestar crescente descontentamento.

Sentiam-se abandonados pelo mesmo Estado imperial que haviam defendido décadas antes contra ameaças estrangeiras, e passaram a reivindicar uma constituição de perfil mais liberal. Neste contexto emergiram os primeiros movimentos de insubordinação aberta e de resistência violenta ao Império. As reiteradas preferências concedidas às províncias do Sul, somadas ao sentimento de exclusão e à memória das lutas passadas, alimentaram o desejo por uma nova emancipação, não mais em relação a Portugal, mas em face do próprio poder central brasileiro. A repressão foi severa, marcada por derramamento de sangue e medidas punitivas rigorosas. O medo impôs a permanência política de Pernambuco no Brasil, mas não apagou o trauma coletivo que moldaria, desde então, um forte senso regional de identidade e resistência.

Evaldo Cabral de Mello (1936-), historiador pernambucano, manifesta profundo ceticismo em relação à filosofia da história e rejeita abertamente a própria noção de identidade nacional, que classifica como “o conceito mais anti-histórico que se pode conceber”.²⁹

Mello contrapõe-se diretamente à interpretação fluminense consagrada por José Murilo de Carvalho, especialmente no que diz respeito à gênese do Estado nacional brasileiro. Para Mello, a narrativa hegemônica centrada no Rio de Janeiro falseia o processo histórico ao privilegiar uma versão costurada por uma elite intelectual autorizada pela Monarquia, cuja influência moldou os círculos acadêmicos. Tal construção, segundo ele, mutila a pluralidade da experiência histórica nacional ao reduzir sua complexidade a uma colcha de retalhos que favorece desproporcionalmente a capital imperial. Diante disto, propõe uma reorientação metodológica que valorize as especificidades regionais na formação do Brasil, em detrimento de leituras excessivamente centradas na dicotomia povo e elite.³⁰

Preliminarmente, para o autor, a estrutura agrária pernambucana distinguia-se daquela observada nos estados-membros ao Sul. Ao contrário do modelo concentrado em grandes propriedades, predominava em Pernambuco uma dinâmica em que engenhos moíam cana proveniente de uma classe média de agricultores. Essa organização econômica intermediária operava, ainda assim, com base no trabalho servil, mas revelava um padrão de produção mais descentralizado e autônomo, contribuindo para a formação de uma identidade

²⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**, 2015, p. 83.

³⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência**, 2004, p.14.

política regional própria e, em certo sentido, menos dependente da lógica centralizadora do Império.

Segundo Evaldo Cabral de Mello, embora os ideais que animaram a Independência pernambucana se desdobraram, em grande parte, em direção ao federalismo, isto não implicava, necessariamente, uma rejeição à monarquia. Ao contrário do que muitas vezes se pressupõe, não havia entre os líderes da província uma oposição sistemática ao regime monárquico em si, mas sim ao modelo centralizador imposto pelo Rio de Janeiro. Pernambuco estaria disposto a aceitar uma monarquia constitucional, desde que organizada em moldes federativos que respeitassem a autonomia regional e os pactos locais de poder.

Por fim, Mello afirma que: “O nacionalismo brasileiro não precedeu, mas sucedeu à criação do Estado nacional. O Brasil não ficou independente porque era nacionalista, fez-se nacionalista porque ficou independente.”³¹ Aos poucos, o anseio por autonomia que outrora pulsava no coração dos pernambucanos foi sendo absorvido por uma identidade nacional de moldes fluminenses, que se impôs a partir do centro do poder imperial. A memória das lutas contra os invasores holandeses, bem como o antigo ideal de autogoverno, cedeu espaço à centralização promovida pela nova ordem estatal. Segundo o próprio Evaldo Cabral de Mello, o antigo espírito de resistência e autonomia, que marcava profundamente o *ethos* pernambucano nos tempos da Insurreição e nos movimentos pré-imperiais, dissipou-se. Já não subsiste, afirma ele, qualquer traço contemporâneo que se compare àquela tradição de independência política vivida antes da consolidação do Império.

Se a Insurreição Pernambucana foi capaz de engendrar um sentimento de identidade regional forte e coeso, é porque, à época, Pernambuco não se reconhecia como parte integrante de um corpo nacional, sobretudo diante da vastidão continental e da fragilidade dos vínculos entre as provinciais. No entanto, em 1864, com o início da Guerra do Paraguai, esse quadro começou a se modificar. Para autores como José Murilo de Carvalho, esse conflito representou o momento em que o sentimento de pertencimento nacional mais se aproximou de uma experiência coletiva efetiva. Pela primeira vez, soldados de distintas regiões marcharam sob uma mesma bandeira, compartilhando sacrifícios e ideais, ainda que sob a égide de um império centralizador. A identidade pernambucana saía de cena para dar espaço à identidade nacional brasileira.³²

A Guerra do Paraguai (1865-1870), constituiu o maior esforço de mobilização militar da história do Império e desempenhou papel decisivo na consolidação do sentimento de

³¹ MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal**, 2002, p. 15.

³² CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**, 1998, p. 246.

pertencimento nacional. Pela primeira vez desde a Independência, um número expressivo de cidadãos foi convocado ou alistou-se voluntariamente para defender as fronteiras do país.

Neste contexto, a ideia de sacrifício individual em nome de um ideal coletivo começou a ganhar corpo, associando-se ao surgimento de uma identidade cívica. O reflexo desta entrega transcendente do indivíduo pela nação foi expressa no hino da Independência “ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”.

O desfecho da Guerra do Paraguai revelou, porém, um incômodo estrutural para as elites imperiais e para o próprio Estado brasileiro. Muitos dos soldados negros, recrutados sob a promessa de alforria, retornaram do conflito apenas para reencontrar suas famílias ainda submetidas à escravidão. A contradição tornou-se insustentável. Em 1888, a abolição da escravidão tornou-se não apenas um imperativo moral, mas também uma necessidade política diante da pressão social crescente.

Se a guerra foi utilizada como instrumento de consolidação do patriotismo, esse intento foi levado a cabo ao custo de ignorar os seus efeitos devastadores, tanto internos, quanto externos. Internamente, precipitou o colapso do regime monárquico e a Proclamação da República, no ano seguinte (1889). Externamente, deixou como legado a destruição quase total do Paraguai, cuja população, território e estruturas políticas foram profundamente abaladas, gerando cicatrizes que perduram até os dias atuais.³³

Outras tantas revoltas e batalhas foram travadas pelo Brasil e pelos brasileiros, tanto em solo nacional quanto em territórios estrangeiros, das revoltas provinciais, da Guerra do Uruguai e da Revolução Federalista até a Primeira Guerra Mundial. E, embora ainda paire sobre a nossa memória coletiva, e também sobre a percepção externa, a imagem de um povo pacífico e não-beligerante, o Brasil não apenas participou da Segunda Guerra Mundial, como também foi reconhecidamente bem-sucedido. Unidos às forças aliadas contra os países do Eixo, os brasileiros realizaram uma campanha vitoriosa na tomada da Itália.

Participando de combates decisivos, como as batalhas de Monte Castello e Montese, soldados brasileiros foram enviados para lutar não apenas em defesa de sua própria nação, mas também em prol da ordem mundial. A declaração de guerra do Brasil contra o Eixo ocorreu em 22 de agosto de 1942, mas sua atuação efetiva no campo de batalha teve início apenas em 1944. Essa demora gerou uma combinação de euforia e descrença na população, dizia-se, com sarcasmo, que seria mais fácil “uma cobra fumar” do que o Brasil entrar na guerra. A Força Expedicionária Brasileira (FEB), contudo, não apenas participou ativamente

³³ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**, 1998, p. 248.

do conflito, como adotou a imagem da cobra fumando como seu emblema oficial, permanecendo no teatro de operações até o encerramento da guerra em 1945.

Durante a Guerra das Malvinas (1982), travada entre a Argentina, sob o comando de Leopoldo Fortunato Galtieri, e o Reino Unido, liderado por Margaret Thatcher, o Brasil manteve uma posição oficial de neutralidade.³⁴ Ainda assim, o país quase se viu envolvido diretamente no conflito quando aviões bombardeiros britânicos do tipo *Vulcan*, enfrentando falhas técnicas, realizaram pouso não autorizado na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, gerando tensão diplomática e militar no contexto sul-americano.

O Brasil também esteve presente naquele que, até o início da Guerra da Ucrânia em 2014, foi considerado o maior conflito europeu desde a Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Bósnia (1992-1995). Neste contexto, militares brasileiros participaram como voluntários, integrando a equipe de observadores das Nações Unidas na ex-Iugoslávia, contribuindo para as missões de paz e para o monitoramento das hostilidades em um cenário marcado por intensa fragmentação étnica e violência generalizada.³⁵

Mesmo o povo, frequentemente retratado como alheio ou “bestializado” diante dos rumos do poder, reagiu quando se viu ameaçado, como demonstram os voluntários da FEB ou os ecos sociais da Guerra do Paraguai. A nação não se construiu apenas pela razão ou pela vontade esclarecida de seus dirigentes, mas também pela resposta instintiva de sobrevivência e afirmação de sua soberania. Consolidada essa noção de pertencimento por meio da luta, o Brasil passaria a buscar não apenas defender seu território, mas ocupar seu lugar entre as nações modernas, e, para isso, tornava-se urgente pensar na construção de uma base econômica sólida, uma indústria nacional capaz de sustentar a autonomia conquistada a duras penas. Em todos esses contextos, a guerra funcionou menos como culto à violência e mais como dispositivo de reconhecimento, interno, como pertencimento cívico e externo, como legitimação entre Estados.

2.2 A indústria e o tesouro esquecido

³⁴ A Argentina, pelas mãos de Leopoldo Fortunato Galtieri, buscava um ideal nacionalista e patriota, dizendo: “Hoy, el Estado argentino que emprende la recuperación de las Malvinas está en manos de los agentes directos e indirectos de las potencias que someten a nuestra nación. ¿Qué alcance puede tener un acto de soberanía cuando el país que lo emprende (cuando no el gobierno que lo ejecuta) está políticamente dominado por los agentes de la opresión nacional?” COGGIOLA, Osvaldo. *A outra guerra do fim do mundo*, 2014, p. 138.

³⁵ RONCOLATTO, Claudinei. *Na guerra da Bósnia*, 2004, p. 9.

Com o declínio gradual da produção agrícola no Nordeste, sobretudo a partir da crise do setor açucareiro, a expansão da cafeicultura passou a ocupar o centro dinâmico da economia nacional, projetando São Paulo como a província mais promissora e progressista do país. Naturalmente, as elites paulistas manifestaram crescente insatisfação com a centralização do poder político no Rio de Janeiro, insatisfação essa que, em parte, ecoava o antigo ressentimento pernambucano.

Em São Paulo, observava-se uma divisão ideológica interna. De um lado, defensores da monarquia e, de outro, adeptos do federalismo republicano.³⁶ As demandas por maior autonomia e prestígio político se intensificaram, impulsionadas por lideranças que evocavam o argumento da autossuficiência econômica paulista. Entre esses setores, havia inclusive resistência à abolição da escravidão, que temiam a perda de controle sobre a mão de obra e da desorganização da estrutura socioeconômica vigente. Essa reação partia, sobretudo, de colonos brancos que se opunham à extensão de direitos civis aos libertos, receosos de verem ameaçada a ‘hierarquia social’ que lhes favorecia. Apesar desse contexto de tensão, os projetos separatistas foram gradualmente superados, cedendo espaço a uma etapa de forte crescimento industrial e à consolidação da cafeicultura como motor da economia de exportação. Ancorado na força econômica paulista, o Brasil encontrou bases mais sólidas para sustentar uma República funcional, ainda que marcada por desigualdades regionais e disputas pelo protagonismo político.

Na construção simbólica da identidade paulista, os habitantes da província se viam como os verdadeiros arquitetos da nação, alicerce econômico e motor do progresso brasileiro. O herói desta narrativa é o bandeirante, figura mitificada como desbravador e conquistador do território. Em oposição aos fluminenses, identificados com a Corte e com os interesses centralizadores do Império, os paulistas reivindicavam para si o mérito pela expansão territorial e pela integração das regiões interiores. Apesar de reconhecerem o papel do Rio de Janeiro na manutenção da unidade nacional, afirmavam que foram os bandeirantes, os sertanistas, os homens do interior de São Paulo, os verdadeiros continuadores da obra dos exploradores portugueses.

Embora outras províncias tenham desempenhado papéis relevantes nos diversos episódios da formação nacional, São Paulo reivindicava para si o estatuto de berço da Independência. Esta narrativa se ancora tanto na origem paulista de José Bonifácio de Andrada, reconhecido como Patriarca da Independência e um dos principais formuladores do

³⁶ REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder. **Capítulos de História Federalista**, 2024, p. 192.

projeto nacional, quanto na localização do próprio ato simbólico da ruptura com Portugal, a declaração de D. Pedro I às margens do riacho Ipiranga, em solo paulista.

Desta maneira, a identidade paulista se fortalece na associação entre liderança política e protagonismo territorial na gênese do Estado brasileiro. Embora nascido no Rio de Janeiro, é na obra *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* (1964), que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1931-), expressa com notável lucidez o ponto de vista paulista sobre o desenvolvimento nacional. O texto revela a pretensão de São Paulo em se consolidar não apenas como centro industrial, mas como verdadeiro pilar econômico do país, projetando para si um papel de liderança na definição da identidade nacional. Tal identidade, conforme delineada na análise de Fernando Henrique Cardoso, estaria ancorada prioritariamente na lógica da industrialização e da modernização econômica, relegando a representação política a uma posição secundária frente à centralidade da economia como motor da nação.

Ao tratar das dinâmicas do mercado, do desenvolvimento econômico e da produção em massa, Fernando Henrique Cardoso destaca os impactos estruturais e sociais desse modelo industrial. Em sua análise, ele ressalta as tensões geradas pelas transformações produtivas e pelas formas de controle do mercado, afirmando que:

Este tipo de interpretação desperta reserva tanto no que se refere às transformações que a produção em massa e o controle monopolístico ou oligopolístico do mercado provocaram na organização das unidades econômicas e nos mecanismos de seu controle, quanto no que diz respeito ao padrão estrutural e às formas de dominação das sociedades de massa em que as modernas sociedades anônimas imprimem, com sua vida e organização, o ritmo de desenvolvimento e a forma de civilização.³⁷

No que se refere à organização das empresas, Fernando Henrique Cardoso observa que a crescente racionalização e a consolidação de estruturas burocráticas só se tornaram viáveis mediante a imposição, muitas vezes forçosa, dos padrões da civilização industrial. As técnicas industriais, impulsionaram o avanço tecnológico e estimularam o desenvolvimento de setores inteiros da economia, ao mesmo tempo em que provocaram o gradual desligamento ou obsolescência de outros segmentos produtivos, reconfigurando profundamente o panorama socioeconômico nacional.

No mesmo sentido, segundo Fernando Henrique Cardoso, os moldes da economia de mercado quebraram o controle acionário total das empresas pelos grupos familiares. Contudo, comenta que:

³⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, 1964, p. 16.

Depoimentos e estudos recentes têm mostrado que a liberdade de decisão dos managers é controlada pelos grupos acionários que detêm a propriedade, embora o mecanismo de autoridade seja hoje muito mais complexo que no período do “capitalismo empresarial”. O vulto das inversões nas economias altamente desenvolvidas implica na mobilização de recursos através da rede bancária e traz a política creditícia para o primeiro plano dos mecanismos de pressão e controle. Assim, os instrumentos monetários, controlados em regra pelos detentores do capital financeiro, têm possibilidades crescentes de influir sobre a política empresarial.³⁸

A análise de Fernando Henrique Cardoso revela, portanto, que a modernização da estrutura econômica não suprimiu as relações de poder, apenas as tornou mais difusas e sofisticadas. A figura dos monopólios capitalistas familiares cederam lugar ao emaranhado de gestores, acionistas e instituições financeiras, cuja influência se exerce de modo indireto. Sua crítica não nega a eficácia do sistema, mas aponta para os mecanismos ocultos de dominação que persistem sob a aparência de racionalidade técnica. Neste ponto, Fernando Henrique Cardoso distancia-se tanto de leituras marxistas ortodoxas quanto das idealizações liberais, buscando compreender a complexidade dos circuitos de poder econômico que sustentam o Estado moderno.

Em uma entrevista, Fernando Henrique Cardoso (2010) comenta:

Embora eu tenha tido uma forte influência marxista e a dialética, nunca me identifiquei com a filosofia da história marxista. Eu sempre achei que a parte mais débil do marxismo era a política. A incompreensão do jogo de poder e uma visão idealista de que é um sujeito social privilegiado, o proletariado, que vai substituir tudo e resolver as questões. Eu nunca tive essa visão teológica da sociedade, de um destino final, eu nunca acreditei muito nisso de existir uma marcha inexorável para um destino qualquer. Sempre fui mais cético com relação a isso.³⁹

As elites econômicas empresariais, designadas por Fernando Henrique Cardoso como *managers*, não detinham, propriamente, o poder político digladiado entre as oligarquias fluminense, gaúcha e pernambucana. No entanto, exerciam um poder econômico considerável, capaz de influenciar profundamente os comportamentos sociais e de moldar, de maneira indireta, mas eficaz, os padrões de organização e consumo no Brasil.

Ao longo de sua obra, evidencia-se que, para Cardoso, a consolidação de uma economia robusta, ancorada em uma estrutura industrial moderna, contribui decisivamente para a organização da sociedade e, em última instância, para a constituição de um Estado forte, capacitado e autônomo. Sua abordagem recusa abstrações idealistas, o desenvolvimento econômico não pode ser analisado isoladamente, descolado das condições sociais e políticas que o tornam possível. Para ele, o fortalecimento nacional e a busca por uma identidade

³⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico**, 1964, p. 17.

³⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**, 1977; SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sérgio. **Democracia, crise e reforma**, 2010.

coletiva resultam de um entrelaçamento concreto entre economia, estrutura social e processo político.

Contudo, a história do Brasil amplamente divulgada, é, em grande medida, litorânea. Trata-se de uma narrativa moldada pela relação com o mar. Grandes navegações, baías, portos, marinheiros, invasores holandeses, piratas, navios mercantes e até submarinos alemães compõem o imaginário histórico mais difundido. Ainda que haja menções à interiorização do território por meio da ação de portugueses, mamelucos, fluminenses, bandeirantes e outros agentes, esta história continua, em essência, voltada ao Atlântico.

O Brasil interior também se revelou pelas águas. Das margens do Ipiranga às correntezas do Paraná, do Uruguai e do São Francisco, os rios aprofundaram as raízes da história brasileira para além do litoral. Mas é o Rio Amazonas que conduz ao verdadeiro coração do país, e guarda, talvez, seu maior tesouro. Suas vastas extensões de terra e mata virgem, em grande parte inexploradas e não conquistadas pelos desbravadores do passado, formam um ecossistema complexo, desconhecido e enigmático. Ainda assim, essa região permanece, historicamente, negligenciada pela sociedade brasileira, distante dos centros de poder, à margem da narrativa nacional dominante. A questão do desenvolvimento econômico sustentável paira como um dilema constante nas mentes das elites políticas, econômicas e intelectuais, que encaram ali o paradoxo mais profundo de seu projeto de modernidade.

Para o imaginário urbano, a floresta alterna exotização e desconhecimento, o que reforça sua marginalização simbólica. Quanto aos seus habitantes originários, pouco se sabe com exatidão, seus relatos não figuram na história oficial.

Esta floresta também inspirou gerações de estudiosos, sertanistas, cronistas e poetas que buscaram, ao longo do século XX, decifrar e traduzir sua grandeza em palavras. Um destes intérpretes foi Raimundo Moraes (1872-1941), pensador paraense e profundo conhecedor da região, que já em 1926 vislumbrava, com rara sensibilidade, o potencial simbólico e civilizacional do território amazônico. Em suas palavras:

Incansáveis em desvendar os encantos e os mistérios dessa natureza exuberante. Um deles, de visão aquilina e perfurante, teve esta frase: “o vale amazônico será a terra da promessa”. De certo, a afirmativa surgiu depois de mil pesquisas, nas quais os problemas da História Natural, ao arrepio dos devaneios e dos surtos líricos, indicavam, nestas virgens rechãs colombianas, um futuro jardim das Hespérides, onde o fruto de ouro despontasse convertido no pomo desejado pela humanidade. Quem moureja na planície e observa com olhos imparciais, vê, no curto desdobrar de uma geração, que realmente o clima se modificou em muitos rios, até então espantinho dos viajantes, e, sobretudo, das levas imigratórias. O Acre é um exemplo. Trinta anos atrás, quem o subisse, arriscava-se a lá ficar, tal a inclemência de seus ares, tal a hostilidade de sua gleba, tal a densidade de sua mata.⁴⁰

⁴⁰ MORAES, Raimundo. *Na planície amazônica*, 1926, p. 178.

Até ao menos a eclosão da chamada “febre da borracha”, em meados do século XIX, estas vastas extensões florestais e fluviais permaneceram relativamente dormentes na imaginação nacional. Foi apenas com a valorização industrial do látex, transformado em produto de alto valor comercial, que a região amazônica entrou com força no circuito econômico internacional. A borracha passou a ser exportada em proporções comparáveis às do café, e sua utilização revolucionou não apenas setores da indústria brasileira, mas também o modo como o território foi explorado. No entanto, diferentemente do café paulista, que recebeu atenção privilegiada do Estado e das elites políticas, o ciclo da borracha foi conduzido, em grande parte, por interesses estrangeiros e por administrações brasileiras fragmentadas e improvisadas, evidenciando mais uma vez o tratamento periférico dispensado à região.

No mesmo movimento de expansão econômica, verificou-se uma intensa ocupação estrangeira na região amazônica. Ingleses, franceses, alemães e até japoneses instalaram-se em áreas estratégicas, motivados pelo potencial comercial da borracha e por interesses científicos, econômicos e geopolíticos diversos. A elite local, por sua vez, buscou distinguir centros urbanos como Manaus, tentando reproduzir os moldes arquitetônicos e os padrões de urbanidade considerados “civilizados”, inspirados nas cidades da região Sudeste e nas capitais europeias.

Contudo, a presença internacional atingiu seu ponto mais controverso com o episódio emblemático da biopirataria perpetrada por Henry Wickham (1846-1928), o inglês que, no auge do ciclo do látex, extraiu ilegalmente milhares de sementes e mudas de seringueira, levando-as à Malásia. Lá, o cultivo se desenvolveu sob gestão colonial britânica, e em poucas décadas a produção asiática suplantou por completo a hegemonia brasileira no mercado global da borracha. Como ocorreu com o látex, outras riquezas naturais brasileiras foram progressivamente extirpadas e transplantadas para o exterior. A Amazônia continua a despertar o interesse de uma miríade de nações, empresas e agentes estrangeiros, todos atentos às suas potencialidades. Paradoxalmente, o único desinteresse persistente parece vir de dentro, do próprio povo brasileiro, como constata Raimundo Moraes:

Surgirá, então, dilatado e completo, por mando dos Fados, o florido Paraíso Verde, alcatifado, arroteado, povoado, capaz de abastecer o orbe de frutas, de legumes, de cereais e de carnes. Basta para isso que a indústria extrativa seja substituída pela indústria agrícola, tornando-se o seringueiro, lavrador, o caucheiro, pastor. Em vez de borracha, o arroz, em lugar da balata o gado. Rememore-se a evolução da Austrália. Ao tempo em que a formidável ilha inglesa possuía ouro, atraindo o estrangeiro de todos os pontos cardeais para a aventura fácil da fortuna rápida, não

teve jamais população estável, que amasse e concretizasse pelo trabalho o esplendor da nova pátria. Diferente da atualidade. De riqueza fixa, indestrutível, oriunda tão somente das manadas bovinas e numerosas das suas campinas verdoengas, funde, no lance criador do vaqueiro, definida e soberba nacionalidade.⁴¹

Enquanto se fortalecia o discurso da indústria nacional, promovido sobretudo por empresas paulistas e analisado neste artigo a partir da obra de Fernando Henrique Cardoso, os anos que se seguiram revelam uma outra face do desenvolvimento brasileiro. Segundo dados do INPE de 2024, o período correspondente ao “governo FHC” (1995-2003), registrou um dos maiores índices de desmatamento da Amazônia em toda a história nacional, evidenciando a contradição entre o ideal de modernização econômica e a efetiva preservação do maior patrimônio natural do país.⁴²

Raimundo Moraes, em sua obra, antecipa com inquietante lucidez um futuro devastador, um cenário que, décadas depois, insiste em se materializar diante de nossos olhos. Trata-se de um desmatamento quase industrial das riquezas verdes do país, acompanhado por uma poluição sistêmica de seus patrimônios hídricos. A destruição avança sob o impulso de conglomerados empresariais dispostos a sacrificar vastas porções de mata virgem e desconhecida em nome da expansão de fronteiras agrárias e da lógica implacável do lucro imediato:

Assim sucederá a Amazônia. No dia em que a extração da seringa, do caucho, da madeira, se transmute na plantação do arroz, da cana, do milho, do cacau, de acordo com as exigências geográficas, a planície equatorial volver-se-á em fabuloso celeiro do mundo. Tráfego barato, exercitado ao fio das mais largas avenidas fluviais, esses produtos, no bojo de possantes transatlânticos, irão abastecer os mercados europeus e americanos.⁴³

Ainda assim, Raimundo não é pioneiro em seus pensamentos, a desigualdade entre as províncias do Brasil era amplamente reconhecida, mas frequentemente justificada por argumentos geográficos ou administrativos, tal como expostos nos relatórios oficiais, como o do Ministério do Império de 1872:

Releva entretanto ponderar que a irregularidade da nossa divisão de províncias, estabelecendo considerável desigualdade entre ellas, já quanto á extensão de seu território, já quanto á sua população e riqueza, traz sérios embaraços á applicação de que qualquer systema geral de organização administrativa provincial. E’ manifesta a influência que a diversidade daquellas condições deve exercer sobre o modo de constituirem-se os serviços da Administração e regularem-se as funções das

⁴¹ MORAES, Raimundo. **Na planície amazônica**, 1926, p. 179.

⁴² Os dados mostram as taxas de desmatamento no primeiro ano de FHC superiores a 29.000 km². BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Projeto Prodes/Terra Brasilis**, 2024.

⁴³ MORAES, Raimundo. **Na planície amazônica**, 1926, p. 180.

instituições e auxiliares destinados a coadjuval-a, quér na deliberação, quér na acção.⁴⁴

Esta exclusão política se desdobra também na baixa presença amazônica nas principais instâncias de poder do Império. Desde os primórdios da formação do Estado nacional, consolidou-se uma lógica de centralização que relegava as periferias geográficas a papéis secundários, como no caso do antigo Grão-Pará. Embora a região amazônica tenha sido uma das primeiras a aderir ao constitucionalismo português e às Cortes de Lisboa, sua incorporação à estrutura institucional do Império do Brasil ocorreu de forma tardia e subordinada aos centros de poder do Sudeste.

Portanto, esta assimetria resultou não apenas na negligência ambiental e econômica, mas também em um afastamento político, uma vez que a presença de representantes amazônidas nas instâncias nacionais foi mínima, sendo comum que parlamentares eleitos pela região fossem oriundos de outras províncias. Sua vastidão incognoscível desafiou os paradigmas racionais do Estado moderno, e sua história foi frequentemente escrita de fora para dentro, esvaziada das experiências e saberes de seus povos.

CONCLUSÃO

A presente investigação partiu da problemática de compreender a identidade nacional brasileira como construção histórica e multifacetada, formada por diferentes narrativas regionais e projetos de poder. A abordagem qualitativa, aliada ao método comparativo, permitiu examinar as contribuições de seis autores vinculados a contextos regionais distintos, revelando tanto as convergências quanto as tensões entre suas interpretações.

Do ponto de vista político-institucional, verificou-se, a partir das análises de José Murilo de Carvalho que o projeto de unidade nacional no século XIX foi concebido pelas elites imperiais, especialmente no contexto fluminense, como formulação “de cima para baixo”. Embora tenha preservado a integridade territorial e consolidado o Estado, permaneceu restrito à esfera da sociedade política e do aparelho estatal, sem alcançar o nível comunitário e orgânico da nação. A interpretação de Raymundo Faoro reforçou este diagnóstico ao demonstrar que o Estado brasileiro consolidou-se sob um modelo patrimonialista e centralizador, impermeável às pressões democráticas e distante do conjunto da população.

⁴⁴ BRASIL. **Relatório da Repartição dos Negócios do Império**. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira, relatório apresentado à Assembleia Geral (1ª sessão da 15ª legislatura), aditado em Maio de 1872 (publicado em 1872), p. 4.

No eixo social e cultural, as reflexões de Darcy Ribeiro evidenciaram que a etnia brasileira formou-se pela confluência forçada entre indígenas, africanos e europeus, implicando a diluição ou supressão de identidades originárias. A memória desse processo foi registrada majoritariamente por letrados das elites, silenciando a experiência direta dos grupos subalternos. Ainda assim, este povo mestiço, forjado na adversidade, construiu formas de adaptação e resistência que moldaram traços fundamentais da brasilidade e prepararam o terreno para momentos de mobilização coletiva.

Esses momentos de coesão, conforme revela Evaldo Cabral de Mello, manifestaram-se sobretudo em cenários de conflito, como na Insurreição Pernambucana e, especialmente, na Guerra do Paraguai. Nessas circunstâncias, diferentes segmentos regionais marcharam sob uma mesma bandeira, partilhando sacrifícios e ideais. Entretanto, tal unidade revelou-se episódica e frequentemente instrumentalizada pelo poder central, não se convertendo em uma integração duradoura entre povo e Estado. Ainda assim, a experiência bélica aproximou, de forma inédita, a ideia de soberania nacional de um sentimento popular de pertencimento.

No plano econômico e industrial, Fernando Henrique Cardoso destacou que a consolidação de uma economia robusta, ancorada na industrialização e na modernização, poderia fortalecer o Estado e sustentar um projeto nacional. Sua análise situou o empresariado como agente duplo, condicionado por estruturas e, ao mesmo tempo, capaz de moldá-las, ressaltando o entrelaçamento entre economia, estrutura social e política. Contudo, ao privilegiar o núcleo empresarial e industrial, parte significativa do território e de suas forças sociais permaneceu à margem da narrativa dominante. Essa margem é exemplarmente ilustrada pelo caso da Amazônia, conforme interpretado por Raimundo Moraes. A região, embora estratégica e rica, foi historicamente marginalizada no projeto nacional, reduzida ora a fronteira de recursos, ora a promessa exótica, mas raramente reconhecida como território de cidadania plena. A exclusão política e simbólica da Amazônia expressa um imaginário nacional que ainda não a integra organicamente, perpetuando a fragmentação da identidade brasileira.

Assim, a síntese das análises revela que o Brasil conheceu projetos de nação elaborados por seus “patriarcas” e conduzidos por elites políticas, intelectuais e econômicas; formou-se como povo pela miscigenação forçada; travou guerras em nome de uma nação que ainda se desenhava; industrializou-se sob o protagonismo paulista; e negligenciou regiões fundamentais como a Amazônia.

Portanto, ao articular os eixos comparativos (elites/Estado; povo/mestiçagem; conflito/reconhecimento; indústria/território), a abordagem hermenêutica sustentou a interpretação de que é mais adequado falar em identidades brasileiras, no plural, uma vez que cada região, grupo social e tradição cultural oferece uma narrativa própria sobre a formação do país. A brasilidade é, portanto, menos uma essência única e mais um mosaico vivo de memórias, conflitos, resistências e integrações parciais. Reconhecer essa pluralidade é condição para superar a distância histórica entre comunidade nacional e sociedade política, e para integrar narrativas e territórios marginalizados ao projeto de nação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2000.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicómaco**. Tradução: Julián Marías. Madri: Centro de estudios constitucionales, 1999.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. **Relatório da Repartição dos Negócios do Império**. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira, relatório apresentado à Assembleia Geral (1ª sessão da 15ª legislatura), aditado em maio de 1872 (publicado em 1872).

BRASIL. **Decreto n. 1.570, de 13 de abril de 1937**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d1570.htm. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). **Projeto Prodes/Terra Brasilis**, 2024. Disponível em: http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 8 ago. 2025.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Construção da ordem e teatro das sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COGGIOLA, Osvaldo. **A outra guerra do fim do mundo**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O extremo oeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**, São Paulo: Brasiliense, 2000.

MARITAIN, Jacques. **O homem e o Estado**. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal**: história e biografia. São Paulo: Editora 34, 2002.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência**: federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

MORAES, Raimundo. **Na planície amazônica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926.

NINA RODRIGUES, Raimundo. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder. **Capítulos de História Federalista**. Porto Alegre: Editora DM, 2024

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RONCOLATTO, Claudinei. **Na guerra da Bósnia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil**: uma biografia (com novo pós-escrito). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sérgio. O sociólogo e o político: Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. In: D'INCAO, Maria Ângela; MARTINS, Hermínio (Org.). **Democracia, crise e reforma**: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.